

A INFLUÊNCIA DOS TEXTOS OFICIAIS NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO PROFESSOR

Paula Lameu¹

RESUMO: O presente texto tem como objetivo verificar os efeitos de sentidos produzidos a partir da influência dos “textos oficiais” ou “policy texts”, conforme Walshaw (2007) no processo de subjetivação de professores, utilizando a perspectiva discursiva de análise.

Partimos do pressuposto de que o sujeito é constituído em relação à língua e à história e por meio dessas relações ele produz efeitos de sentidos e significa, de acordo com Orlandi (1999), (2008) e (2012). Para Foucault (1982 [2010]) e (1984a [1998]), o processo de subjetivação ocorre segundo determinadas práticas, fundamentadas em uma ética e uma moral, em que supostamente o professor de Ensino Médio teria como base.

PALAVRAS-CHAVE: subjetivação; textos oficiais; análise de discurso.

ABSTRACT: This paper uses discourse analysis to verify the meaning effects created from the influence of “official texts” or “policy texts”, according to Walshaw (2007) in the teachers’ subjectification process.

We believe that subject is constituted in relation to language and to history and by these relations he/she produces meaning effects and signify, according to Orlandi (1999), (2008) and (2012). For Foucault (1982 [2010]) and (1984a [1998]), subjectification process occurs by specific practices, based on ethics and moral, in which High School teachers supposedly had.

KEY-WORDS: subjectification, policy texts, discourse analysis.

Introdução

Ao ingressar em um ambiente de trabalho novo, qualquer profissional se depara com regras de conduta que passam a guiar o seu comportamento dentro daquele contexto. No entanto, professores exercem uma profissão que, além de estarem sujeitos à regulamentação de seu local de trabalho, inspiram alunos, colegas e pais a partir da forma como agem e se posicionam perante situações diversas.

Essa forma de agir pode ser influenciada pelos documentos oficiais que são elaborados a fim de orientar os profissionais, que fazem parte do corpo docente de um ambiente de ensino. Pretendemos, com esse trabalho, utilizar os conceitos abordados em Walshaw (2007) a fim de verificar a influência dos “policy texts”, ou documentos oficiais, no processo de subjetivação, Foucault (1982 [2010]) e (1984a [1998]), de professores de Ensino Médio, a partir da perspectiva discursiva de análise, em Orlandi (1999), (2008) e (2012).

¹ PhD Student in the School of Education, in the College of Social Sciences from University of Birmingham, UK. Mestre pelo Programa de Estudos Linguísticos Literários em Inglês do Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo paulalameu@gmail.com
Esta pesquisa tem o apoio da CAPES e do programa Ciências sem Fronteiras.

Para realizar a presente análise, utilizamos um dos documentos oficiais de uma escola de grande porte, localizada na região metropolitana de São Paulo, cujo objetivo é a orientação dos professores que nela atuam.

Os Policy Texts e o processo de Subjetivação

“Policy texts” são textos oficiais que compõem os documentos que regem a vida escolar, WALSHAW (2007). Esses textos contribuem para o processo de subjetivação de professores e alunos, por que:

... policy documents are one of the easiest ways to track how subjectivity is produced. The reason is simply this: policy is one of the central means by which behaviours are regulated and made productive within polulation. (WALSHAW, 2007, p. 45).

Os comportamentos dos sujeitos passam a ser regulados por esses textos uma vez que neles estão contidas as “verdades” sobre o que pode e deve ser feito dentro do ambiente escolar. Sobre essas “verdades”, Foucault (1989) não postula algo cartesianamente verdadeiro, mas acredita que há regras segundo as quais aquilo que o sujeito diz decorre daquilo que é considerado como verdadeiro ou falso dentro de um contexto, sobre certo objeto.

Assim, os documentos oficiais seriam instrumentos utilizados pela escola para explicitar o que é tido como verdadeiro naquele contexto, ações em que os professores deveriam se basear para estarem legitimados a fazerem parte da instituição.

Esses documentos são apenas alguns dos discursos que permeiam as práticas de sala de aula, entre os discursos dos alunos, dos pais e da própria administração da escola, mas para esse trabalho, nosso foco será apenas aquilo que é conhecido em nosso contexto de análise como “Manual do Professor” (MP).

No discurso contido no MP pode ser identificada uma das possíveis versões de mundo social e natural e, especificamente como discursos criam diferentes efeitos, criando também diferentes identidades, produzidas e reproduzidas através da interação social, negociações diárias, por meio de diferentes contextos que já estão carregados de outros significados (WALSHAW, 2010).

Para o professor que se insere em um novo ambiente de trabalho, é necessário lidar com os novos sentidos que circulam naquele lugar. Segundo Walshaw (2010), cada contexto é

cronologicamente e geograficamente distinto de outros, cada um apresenta um diferente conjunto de suposições e demandas. A esse processo se torna acessível uma gama de vozes e de práticas discursivas diferentes.

O processo de subjetivação em Walshaw (2007) é abordado sob diferentes perspectivas e, para esta análise, utilizaremos a perspectiva do processo de subjetivação ser produzido pelo e no discurso, estando circunscrito a um contexto, gerando práticas e sendo uma forma de controle.

Da mesma forma que tomamos como pressuposto a concepção de sujeito utilizada pela perspectiva discursiva - em que o sujeito é heterogêneo, constituído por várias vozes que emergem de outros sujeitos e outros discursos - que possibilita a constituição de uma identidade, mas de várias identidades que mudam conforme o contexto, tornando esse sujeito opaco, não transparente, ORLANDI (1999).

Foucault (1984a [1998]) observou o processo de subjetivação na Antiguidade, em que o sujeito se constituía a partir de determinadas práticas, oriundas de uma preocupação com a ética e com a moral. Essas práticas e problematizações são:

... práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 1984a [1998], p. 15).

Essas práticas e problematizações foram denominadas pelo autor como “estética da existência” ou “tecnologia de si” e refletem a forma como sujeito se construía na Antiguidade, buscando um conjunto de ações que refletissem a constituição de uma obra estética, passível de admiração por outros sujeitos.

Acreditamos que a forma como o professor é representado pelos alunos, ou seja, um sujeito que ocuparia a posição de modelo a ser seguido esteja adequada aos objetivos de nossa análise referente ao processo de subjetivação.

Manual do Professor

A escola em que se deu a pesquisa está localizada na região metropolitana da Grande São Paulo e faz parte de uma rede de escolas particulares que estão espalhadas dentro do

Estado de São Paulo. A unidade pesquisada possui em torno de 500 alunos e o foco de nossa pesquisa foram os professores do segmento do Ensino Médio.

Os textos oficiais disponíveis na escola para o segmento do Ensino Médio são: Manual do aluno, Manual do professor e o Manual do monitor. Esses manuais são entregues no início do ano letivo com o objetivo de explicitar quais são as regras e os procedimentos a serem cumpridos para uma boa convivência no ambiente escolar.

Esses documentos são entregues em momentos diferentes. Os professores retornam uma semana antes que os alunos para a semana de planejamento e recebem o Manual do professor durante esse período. É feita a leitura e todos assinam um protocolo, assumindo que receberam e que estão de acordo com o texto. O mesmo ocorre com os monitores, em relação ao Manual do monitor.

O Manual do aluno é lido pelos professores durante a semana de planejamento e todos os ajustes necessários são feitos de forma coletiva e consensada, para que não haja problemas de escrita e interpretação quanto aos conteúdos e fatos abordados, para não resultar em ambiguidade.

Ao retornarem das férias, os alunos recebem no primeiro dia de aula esse texto e leem em sala com o professor tutor, que, posteriormente, recolhe o protocolo de recebimento na aula seguinte à leitura com a ciência das normas, assinado pelos alunos e pelos pais.

A escola possui outro documento oficial, o Plano Diretor², que possui as regras, a filosofia da escola, a estruturação dos segmentos, o currículo, a organização das unidades com nomes dos funcionários ou “colaboradores” como são chamados hoje.

Para que o professor faça parte dos colaboradores, precisa agir de acordo com esses documentos. Mas o que está implícito nessas normas e procedimentos? Qual é a identidade do professor dessa escola? Quais são as identificações que vão sendo feitas ao longo da leitura do texto? Essas são algumas perguntas que guiam essa análise.

Uma vez que apenas o MP é entregue aos professores, consideramos apenas esse documento como elemento principal na constituição da identidade desse profissional.

O MP³ possui as seguintes seções: carta ao professor⁴; introdução; perfil do professor quanto: à postura, ao rigor pedagógico, à organização, ao comportamento na sala dos

² Era de costume a entrega de uma cópia desse documento a todos os componentes da comunidade escolar, mas essa prática não é mais desenvolvida.

³ Para a presente análise tomou-se como base o texto do ano de 2012.

professores, aos prazos; uso da lousa eletrônica e computadores; registros do aluno; registros do professor de caráter pedagógico, de caráter administrativo; agenda; murais internos e externos e suas normas; boletim de ocorrência; tarefas; material dos alunos; trabalhos em grupo; pesquisa; horários; professores tutores; combinados e assembleia; representante de classe; atividades e provas; correção de atividades; atendimento aos responsáveis; biblioteca; laboratório; monitoria; avaliação; composição de notas (nota A – provas, nota B – produção em grupo, nota C – produção individual); recuperação e atendimento individual ao professor. Há ainda uma declaração de ciência que deve ser assinada, datada e entregue à coordenação da escola. Para esta análise foram utilizadas as três primeiras seções.

Texto político: formação discursiva e dispositivo disciplinador

O primeiro item analisado no MP é a característica do texto. Esse texto mostra qual é o perfil desse profissional e o que se espera dele em seu dia-a-dia de trabalho, apesar de haver uma seção denominada perfil. O texto indica o que está legitimado na prática desse professor, tornando-se uma regulação das muitas que permeiam o seu ambiente. Podemos considerá-lo também como parte do dispositivo disciplinador, que é a escola, conforme Foucault (1979 [2004])⁵, já que não só responde à função estratégica de determinar quem é o professor adequado para a escola, mas à urgência de nortear e reger as práticas desse professor.

Considerando o MP como parte de dispositivo disciplinador, torna-se evidente o caráter político do mesmo e das relações de poder que permeiam o texto. A confecção do texto se deu, segundo o documento, a partir de instrumentos de hierarquização e normalização anteriormente utilizados pela direção e que foram analisados, justificando e fundamentando a sua construção e utilização.

Este documento refere-se a um conjunto de Normas e Procedimentos relacionados a diversas dimensões do saber e fazer pedagógicos: social/relacional; política e ética e que representa o resultado de uma

⁴ Nomeamos como “carta ao professor” pela forma como texto está estruturado, apresentando todas as características de uma carta, sendo assinada pela “Coordenação Pedagógica do Ensino Médio” da escola analisada.

⁵ Segundo Foucault, um dispositivo é “... um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.” (FOUCAULT, 1979 [2004], p.244)

avaliação formal dos resultados obtidos de documentos anteriores.⁶
(MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 01).

Espera-se que o professor, a partir da leitura desse documento possa se “esforçar no cumprimento das normas” e colaborar com a “concretização de um rigor acadêmico e atitudinal mais consistente e consciente.” (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 01)

O discurso do MP evidencia o objetivo de promover e exigir algo que ainda não é feito de fato, pois busca a “concretização”, mostrando que esse “rigor acadêmico e atitudinal” é pontos que não são nem “consistentes” e nem “conscientes”. Os professores também precisam “se esforçar” para cumprirem as normas, ou seja, até então não havia esforços para que as normas fossem cumpridas.

A necessidade de concretização, de preenchimento no texto, é apontada por Michel Foucault, segundo CASTRO (2009) por conta da incompletude, que é característica do dispositivo. Em função dos efeitos e traços do dispositivo, há a necessidade de reajuste de práticas, tornando esse preenchimento perpétuo.

Logo abaixo da citação de Paulo Freire, há a introdução do documento, em que a “Cultura Institucional” é abordada, bem como o que se espera do professor em linhas gerais. A “Cultura Institucional”, como é mencionada no texto é algo que é “constituído” a partir do “compartilhamento de princípios pedagógicos, da realização de metas e do estabelecimento de práticas cotidianas.” (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 03)

Apesar de o texto possuir a ideia da construção da cultura, na verdade o que há é o cumprimento e a realização de metas, que já foram elencadas e normalizadas pela equipe diretiva, havendo apenas espaço para o professor executar as ações previstas, da forma como estão previstas.

Leva-se a crer pela diagramação do texto que o foco de trabalho de 2012 não era o mesmo foco de 2011, pela ênfase dada a algumas palavras. Porém, ao consultar o texto de 2011, percebemos o objetivo pedagógico de 2011 e 2012 foi o mesmo, talvez pelo fato da equipe diretiva acreditar que eles não tenham sido atingidos.

⁶ A formatação, grifos, itálicos e sublinhados que o texto original possuía foi alterada em função das normas da revista. O nome do documento foi considerado apenas como “Manual do Professor” nas referências para preservar a identidade da escola pesquisada.

O olhar atento, pesquisador e profissional sobre a prática pedagógica e o acompanhamento contínuo, rigoroso e criterioso de nossos alunos, constituem-se focos de trabalho e atuação docente 2012. (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 03).

Sendo assim, o que percebe é que a escola acredita que o professor não possuía as características necessárias para desenvolver sua função tanto em 2011 quanto em 2012. É dito pelo texto que os professores não observam atentamente os alunos, não são profissionais e não possuem a postura de pesquisadores, não fazendo um acompanhamento contínuo, rigoroso e criterioso desses alunos.

É atribuída ao professor a responsabilidade no aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem do aluno, uma vez que esse “aprimoramento” não só do processo, mas dos produtos desse processo são “consequência direta dos esforços que são realizados pelos Professores em parceria com a Coordenação.” (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 03)

Ao incitar os “princípios pedagógicos”, o MP apela para os valores e que a prática daquele profissional está fundamentada. O fato de estar subentendido que o professor não possui nenhuma das características desejáveis não somente como profissional, mas como cidadão ético que servirá como modelo, traz à tona essa responsabilidade do próprio professor buscar adquirir esses princípios.

A “determinação da substância ética” é o primeiro elemento do processo de subjetivação, em que encontramos “a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral.” (FOUCAULT, 1984a [1998], p. 27).

Uma vez que o professor percebe que ele não possui esses atributos, ele os toma como meta para sua própria constituição.

Autoridade do texto

Os textos oficiais são dotados de autoridade por estarem legitimados pela instituição por abordarem “as verdades” pertinentes àquele ambiente específico.

No trecho abaixo, o uso do verbo “dever”, apesar de ressaltar a importância de uma postura desejada no professor, traz como carga semântica a obrigação e a possibilidade. Nesse contexto, a ideia era a de estar relacionada à obrigação, mas o professor poderá interpretar como possibilidade, não efetivando de fato aquilo que deveria ser uma exigência: “os rigores,

pedagógico e acadêmico, deverão estar incorporados nos diversos momentos que se constituem em *locus* de aprendizagem.” (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 03)

Outro fator determinante para a identificação da importância do trecho acima em detrimento dos outros foi sua diagramação, pois no texto original foi escrito em letras maiúsculas e em negrito.

Novamente fala-se em rigor, mas ao mesmo tempo em que esse rigor é cobrado, tem-se a preocupação em não assemelhá-lo ao rigor que era característico da perspectiva tradicionalista/tecnicista. Essa característica é apontada quando:

Não falamos de um rigor enrijecido, mas de uma ação intencional, repleta de vigor pedagógico e pressupostos teóricos, resultando num movimento contínuo que envolve sujeitos pensantes, investigativos, dinâmicos e reflexivos, sejam eles alunos, Professores e demais atores inseridos no contexto das vivências e aprendizagens. (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 03).

O “rigor enrijecido” pode ser visto como um sinônimo de autoritarismo por parte do professor e apatia por parte do aluno, postura que a escola esclarece dizendo que não adota, em vista de uma “ação intencional” e de um “vigor pedagógico”. Novamente é reforçado no final do parágrafo o caráter processual do desenvolvimento do trabalho, não estando consolidado em todo o âmbito da comunidade escolar.

No final da introdução, o documento aponta como objetivo apresentar as práticas cotidianas que foram acordadas pela equipe da coordenação e diretiva da instituição, afirmando que os professores não poderão participar da construção desse documento. No entanto, ao mesmo tempo em que o professor não é considerado como participante ativo na construção desse documento e, conseqüentemente, da construção da identidade pedagógica, ele incluiu o professor no processo, pelo pronome possessivo “nossa”, afirmando que esse documento é “mais uma etapa na constituição de nossa identidade pedagógica.” (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 03).

Nesse trecho, não somente a “Cultura Institucional” está sendo construída, mas a identidade de toda uma Rede de escolas que busca consolidar o seu processo de ensino-aprendizagem, mostrando que esse documento é apenas uma das “etapas” dessa construção.

Encontramos uma contradição referente à autoridade e à responsabilidade na construção do texto e na efetivação das práticas que ele aborda, pois mesmo o professor não sendo o responsável pela construção do documento, ele é responsável pela execução dos

preceitos que nele constam e a ele é atribuída essa autoridade por aqueles que escreveram o texto. Assim, os professores estariam legitimados a colocar as diretrizes e normas em prática.

Esse trecho da análise nos remete ao segundo elemento que faz parte do processo de subjetivação, referente ao modo de sujeição, ou seja, “a maneira pela qual o indivíduo estabelece a sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática.” (FOUCAULT, 1984a [1998], p. 27).

Pela ambiguidade apresentada no documento, o professor percebe o conteúdo da regra e toma para si o mesmo rigor de colocá-la em prática. Percebe-se no início do ano, quando os manuais são lidos um certo enrijecimento quanto à postura dos professores, principalmente dos professores ingressantes, que buscam cumprir as regras minuciosamente. Diferentemente dos professores que já estão lidam com essas regras à mais tempo e acabam por ignorar algumas delas no decorrer do ano letivo.

Historicidade do sujeito

Para Foucault, segundo Walshaw (2007), o discurso opera de uma forma que revela a historicidade das posições de sujeito em um dado contexto. Uma vez inseridos nos discursos, alunos e professores são assujeitados a práticas discursivas específicas do ambiente escolar.

Like all other practices, classroom practices operate with methods that govern, regulate and discipline people according to a set of unwritten and often unarticulated rules. These unvoiced rules descend from groups of statements, such as we noted in the policy text. (WALSHAW, 2007, p. 66).

Os textos oficiais acabam por se tornar uma fonte em que professores e alunos se baseiam na constituição de suas identidades, em relação à escola e em relação a eles mesmos.

A escola, cuja proposta pedagógica é assumida como socioconstrutivista, carrega historicamente a ideia de que alguns teóricos da educação e algumas instituições brasileiras têm em relação a essa perspectiva de trabalho. O baixo desempenho de uma grande quantidade de alunos entre as décadas de 90 e início do ano 2000 é atribuído à implementação dessa proposta, que resultou na ideia de que essa forma de ensino não apresentava eficiência na aplicação e desenvolvimento nos conteúdos por ausência de uma sistematização adequada, levando a um aprendizado deficitário. Muitas críticas surgiram em relação ao rigor, que se acreditava não ser exigência do socioconstrutivismo. Percebemos esse fator no momento em que o MP coloca que: “os rigores, pedagógico e acadêmico, deverão estar incorporados nos

diversos momentos que se constituem em *locus* de aprendizagem.” (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 03).

Identificou-se esse discurso histórico sobre o socioconstrutivismo, que a escola busca um ‘rigor acadêmico’, pois a pedagogia tradicional e tecnicista defendia que essa não era uma característica do socioconstrutivismo, por não proporcionar os mesmos resultados que as escolas tradicionais/tecnicistas alegavam possuir.

Segundo a perspectiva discursiva, a memória discursiva é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independente.” (ORLANDI, 1999, p. 31). É por meio dela que os dizeres fazem sentido, por conta de outros discursos que já circulavam na sociedade. Assim, os discursos que circularam e circulam na sociedade permeiam os sentidos encontrados. Dessa forma, encontramos esses “ecos” dos efeitos de sentidos que o discurso sobre o socioconstrutivismo proporciona.

A primeira citação trazida como justificativa do documento é um trecho de um texto de Paulo Freire, renomado teórico da educação brasileira, que defendia a escola crítica e democrática, perspectiva dita alternativa à tradicional/tecnicista, da mesma forma que o construtivismo era e ainda é considerado.

A citação que está posicionada no cabeçalho no início do texto diz que “o conflito está aí e é fundamental no processo de desenvolvimento” e que a luta o constitui. A partir desse trecho podemos pensar que esses conflitos e essas lutas se darão dentro do ambiente escolar e ao longo da prática do professor, em seu dia-a-dia. Porém, esses conflitos fazem parte da própria constituição desse documento, uma vez que a função desse documento é apresentar normas que deverão ser seguidas, mas, que na própria escrita dessa norma há margem para dupla interpretação, havendo a possibilidade de resistência ou até mesmo a brecha para o não cumprimento da norma.

Ao invés do texto possuir um caráter inquestionável, é atribuído a ele a característica do conflito e da ambiguidade, posições antagônicas que não contribuem para o cumprimento das regras, mas para o seu questionamento e até mesmo o seu descumprimento.

Para Foucault (1982 [2010]), as relações de poder possuem formas de resistência e tentativas de dissociarem essas relações de poder. Há lutas “imediatas” que questionam o estatuto do indivíduo, pois, parafraseando o autor, elas atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra a sua relação com os outros, mas que também fragmenta, forçando o

indivíduo a voltar-se para si mesmo, fazendo com que ele seja o responsável pela sua própria coerção.

Foucault ainda diz que:

Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata, que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. (FOUCAULT, 1982 [2010], p.278).

É também através das “formas de elaboração do trabalho ético”, terceiro elemento do processo de subjetivação, que o processo “se efetua sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme uma regra dada, mas também para tentar se transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta.” (FOUCAULT, 1984a [1998], pp. 27, 28).

O sujeito se percebe a si mesmo e tenta se transformar, influenciando assim a constituição da sua identidade a partir daquilo que ele encontra como regra nos documentos oficiais.

Relação poder-saber

A escola é um dos ambientes em que a relação poder-saber opera em sua capilaridade máxima, já que está imbricada em suas práticas explícitas e sutis a produção de saber. Uma vez que não há produção de saber sem relações de poder, basta apenas identificá-las no processo de subjetivação de professores e alunos.

Considerando o ambiente em que alunos e professores estão inseridos, em que a produção de saber é pressuposto para o funcionamento das práticas diárias, as práticas discursivas implicam em relações de poder. Essas relações não se restringem à relação professor-aluno, mas permeiam todas as relações em todas as direções.

O processo de subjetivação implica em lutas de poder, entre as diversas formações discursivas que constituem os discursos em que os sujeitos estão inseridos. É necessário considerar o poder em relação à produção do saber, principalmente pensando nos efeitos desse poder.

Não só dentro de uma sala de aula, mas no ambiente escolar todos estão imbricados em uma rede de relações de poder que permitem que se desenvolvam como alunos e/ou

professores. O poder opera dentro dessas redes de relações de forma penetrante, como diz Walshaw:

It operates not only at the macro-level of the school but also within lower levels of practice such as within teacher/student relations. In fact, power invades cultures and all social structures. (WALSHAW, 2007, p. 68).

Os textos oficiais são instrumentos que articulam essas relações, pois implicam em práticas que são reguladoras e estão normalizadas pela instituição. Essas práticas geram a produção de um saber e de um conhecimento e perceber a produção do conhecimento como uma função do poder auxilia no entendimento de sua forma de funcionamento. O poder é difuso, dinâmico e está em constante mudança em relação às quatro paredes dentro de uma sala de aula.

No entanto, o poder possui um potencial que é positivo, pois abre pontos de resistência dentro de sistemas e estruturas. A produtividade que o poder possibilita é outro aspecto positivo do poder. Essa produtividade regula as práticas da escola e as práticas discursivas em que essas estão inseridas.

O conhecimento produzido por essas práticas não se remete a apenas o conhecimento de mundo, de conteúdos previstos no currículo do grupo/série, mas o conhecimento de nós mesmos como sujeitos. Essas práticas influenciam na constituição da identidade do professor e em seu processo de subjetivação, por determinarem sua forma de pensar e atuar em um contexto.

A ética e a estética do professor

No MP, a seção em que fica mais explícita quais são as características e ações que o professor deve desempenhar para estar legitimado a ocupar o seu cargo dentro da instituição é o “Perfil do Professor”. Essa seção é subdividida em três itens: quanto à postura, quanto ao rigor pedagógico e quanto à organização. Como dissemos anteriormente, quando o documento explicita o que “deve” ser feito é porque aquilo que ele indica não está sendo feito, portanto infere-se que os professores dessa escola não possuem postura, nem rigor pedagógico e nem organização.

Percebemos primeiramente nesses três elementos ainda o eco do discurso que circulou e ainda circula na sociedade sobre o socioconstrutivismo, uma proposta pedagógica em que se acreditava que o professor era “amigo” dos alunos, aceitando qualquer coisa que era

produzida e não havia organização nem planejamento nenhum em relação ao currículo e às aulas.

O professor, preocupado em apresentar-se como legitimado a ocupar essa posição, trata os 50 pontos das subseções como guias para fundamentar a busca de sua ética. Isso remete ao último item do processo de subjetivação, denominado “teleologia do sujeito moral” em que “uma ação não é moral somente em si mesma e na sua singularidade; ela o é também por sua inserção e pelo lugar que ocupa no conjunto de uma conduta; ela é um elemento e um aspecto dessa conduta, e marca uma etapa em sua duração e um progresso eventual em sua continuidade.” (FOUCAULT, 1984a [1998], p.28).

Nesse ponto o professor percebe que seu trabalho ético o constitui e que é possível notar um elemento estético ao longo de sua trajetória. Uma vez que ele é constituído a partir do discurso sobre o socioconstrutivismo, ele objetiva antagonizar esses efeitos de sentidos e os efeitos de sentidos que o próprio MP traz “fazendo valer” tudo aquilo que é dito.

O primeiro item abordado é o quanto o professor está adequado à instituição porque espera-se que ele “Respeite integralmente os princípios, metas, normas e valores da Instituição.[e] Atue dentro e fora da sala de aula em concordância com o Projeto Educativo e curricular da Instituição.” (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 04)

O professor deve não somente estar de acordo com aquilo que é tido no documento como verdade, mas deve “representar a escola em qualquer situação”, ou seja, mesmo não exercendo a sua função em determinado momento, ele ainda é um representante integral daquela instituição, da mesma forma como o documento afirma que ele é um “formador permanente”.

A atualização constante do professor em cursos, seminários e palestras é um dos requisitos necessários para esse profissional, que ao mesmo tempo deve “cuidar de seu tom de voz” e “não tomar café ou comer dentro da sala de aula, nos corredores ou na escada”. Aqui percebemos que elementos diferentes são colocados com o mesmo peso para os valores da escola, pois a capacitação dos professores que contribui para que eles se tornem profissionais melhores é tão exemplar quanto o costume de comer e beber nos locais adequados.

O professor considera o documento oficial como parte integrante de sua constituição como profissional e pauta-se nele para buscar a “melhora” de suas ações, conforme Foucault (1984a [1998]).

O subitem que aborda o perfil do professor quanto ao rigor pedagógico é o maior e seu primeiro elemento é aquele que reforça o peso dos documentos oficiais, porque é necessário que o professor “conheça e esteja de acordo com o Projeto Educativo da Escola.” (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, p. 04)

Porém, como esse documento não é mais socializado entre os colaboradores, o professor tem apenas como parâmetro o MP, que acaba ganhando mais peso por ser uma única voz.

Alguns elementos desse subitem são repetitivos, em relação ao primeiro, mas outros ainda reforçam o caráter ético e de modelo que o professor deve assumir perante seus alunos em que ele “tenha o hábito da leitura sendo modelo de um leitor reflexivo” e “cumpra o que foi combinado com seus alunos.” (MANUAL DO PROFESSOR, 2012, pp. 04, 05)

No subitem que aborda a questão da organização são levantados elementos básicos que estão pressupostos na rotina do professor, como por exemplo o “uso do jaleco”, a “assinatura na folha de ponto”, “dirigir-se à sala de aula no momento adequado”, “fazer a chamada”, “ser pontual”. Esses e outros elementos explicitam uma sala de aula organizada, mas que reflete uma desorganização primordial, uma vez que foi encontrada a demanda de se cobrar essas ações.

Por outro lado, o professor que busca a composição de sua vida ética, toma como verdade os pressupostos colocados no MP e os segue à risca, pois tem o desejo de se constituir como um professor legitimado a ocupar a sua posição dentro da instituição e poderá assim ter a sua contribuição vista como uma certa admiração.

Considerações Finais

Para Walshaw (2007), os professores são produtos dos discursos e práticas em que são assujeitados. O processo de subjetivação é produzido e reproduzido por meio de práticas e discursos, ao longo da história.

O Manual do Professor é um dos discursos que circulam no ambiente em que o professor está inserido e contribui para o seu processo de subjetivação. Por ser um discurso normalizador e hierarquizante, direciona o professor em seu fazer, mostrando o que e como deve ser feito, a partir do que se espera dele.

Ao mesmo tempo em que se espera que o professor faça parte da construção da identidade da instituição, o seu papel já vem definido, não havendo espaço para a discussão e a contribuição real desse “colaborador”, sendo necessário o cumprimento das metas estabelecidas pela direção geral e equipe de coordenação.

O sujeito professor encontra-se assujeitado aos “policy texts”, que fazem parte dos discursos do ambiente escolar e que funcionam como dispositivos disciplinadores. Por terem essa função, possuem a incompletude como característica e as relações de poder como norteadoras, hierarquizantes e normalizadoras de sua prática diária.

Além disso, os professores tomam esse Manual como o parâmetro ético para se constituir como sujeito dentro desse ambiente. Ele se molda e molda as suas práticas a fim de estabelecer uma vida e uma consciência ética ao longo da sua existência como profissional e como sujeito, para que um dia ela seja passível de admiração e inspiração para seus alunos e colegas.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- FOUCAULT, Michel (1977) *Vigiar e Punir*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel (1982) “O sujeito e o poder”. In DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª edição revista, 2010.
- FOUCAULT, Michel (1984a) *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 8ª edição, 1998.
- FOUCAULT, Michel (1984b) *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel (1989) *A Ordem do Discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, SP: Edições Loyola. 6ª edição, 2000.
- ORLANDI, Eni P. (1999) *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 3ª ed., 2001.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 3ª edição, 2008,
- ORLANDI, Eni P. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido Ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2ª Edição, 2012.
- WALSHAW, Margaret. *Working with Foucault in Education*. Sense Publishers. Rotterdam., 2007.

**Artigo recebido em fevereiro de 2014.
Artigo aceito em maio de 2014.**